

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Limites do conceito de “exclusão social” e seu ocultamento dos fundamentos da “questão social”: implicações e desafios ao Serviço Social

*Limits of the concept of “social exclusion” and its concealment
of the foundations of the “social issue”:
implications and challenges for Social Work*

*Límites del concepto de “exclusión social” y su ocultamiento de los
fundamentos de la “cuestión social”:
implicaciones y desafíos para el Trabajo Social*

Paulo Roberto Felix dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0003-1538-8207>

Recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 02/04/2022

Resumo: O texto problematiza os limites e algumas das implicações do conceito de “exclusão social” para a apreensão da “questão social”, bem como seus desdobramentos teórico-políticos para o Serviço Social. Para tal intento, valemo-nos de revisão bibliográfica, com base

¹ Doutor em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFAL). Graduação em Serviço Social (UFS). Docente da Graduação e da Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do GEPEN/UFS. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9395834104073633>>. E-mail: <felix.ufs@gmail.com>.

na perspectiva crítico-dialética, apontando as principais nuances que contornam o debate e suas implicações. Ao realizarmos tal discussão, concluímos que, mais do que um novo conceito a ser incorporado no conjunto de abordagens teórico-metodológicas da profissão, a noção de “exclusão social” pode constituir-se como um fetiche teórico-conceitual que oculta as principais determinações que configuram os fundamentos da “questão social”, sobretudo nos marcos da mais recente crise do capital, acarretando desafios à profissão na afirmação de um projeto de inspiração crítica.

Palavras-chave: questão social; exclusão social; Serviço Social.

Abstract: The text problematizes the limits and some of the implications of the concept of “social exclusion” for the understanding of the “social issue”, as well as its theoretical-political implications for Social Work. For this purpose, we used a bibliographical review, based on a critical-dialectic perspective, pointing out the main nuances that surround the debate and its implications. When carrying out such a discussion, we concluded that, more than a new concept to be incorporated into the set of theoretical-methodological approaches of the profession, the notion of “social exclusion” can constitute itself as a theoretical-conceptual fetish that hides the main determinations that they configure the foundations of the “social issue”, especially in the context of the most recent capital crisis, causing challenges to the profession in affirming a project of critical inspiration.

Keywords: social issues; social exclusion; Social Work.

Resumen: El texto problematiza los límites y algunas de las implicaciones del concepto de “exclusión social” para la comprensión de la “cuestión social”, así como sus implicaciones teórico-políticas para el Trabajo Social. Para ello, utilizamos una revisión bibliográfica, basada en una perspectiva crítico-dialéctica, señalando los principales matices que rodean el debate y sus implicaciones. Al realizar dicha discusión, concluimos que, más que un nuevo concepto a incorporar al conjunto de abordajes teórico-metodológicos de la profesión, la noción de “exclusión social” puede constituirse como un fetiche teórico-conceitual que oculta la principales determinaciones que configuran los fundamentos de la “cuestión social”, especialmente en el contexto

de la más reciente crisis del capital, provocando desafíos a la profesión a la hora de afirmar un proyecto de inspiración crítica.

Palabras clave: cuestión social; exclusión social; Trabajo Social.

Introdução

Considerando a crise capitalista atual, cujos efeitos mais agudos se traduzem em distintas expressões de precarização das condições de vida e de trabalho de parcelas significativas da população, nos índices crescentes de desemprego, na pauperização – relativa e absoluta – e nas diversas manifestações da barbárie, identificamos análises que acabam por sustentar-se no conceito de “exclusão social”² como conceito explicativo daqueles fenômenos na tentativa de apreender as determinações contemporâneas da “questão social”. A nosso juízo, a opacidade do conceito, ao tempo em que pode revelar aparentes particularidades atuais do capitalismo, corre o risco de reduzir-se às expressões pseudo-concretas que se manifestam dessa mesma realidade, trazendo desafios teórico-políticos a uma série de sujeitos mobilizados nesse processo, a exemplo dos(as) assistentes sociais, e sustentação crítica do seu projeto ético-político profissional.

Com efeito, cumpre destacarmos que o debate acerca da relação entre “questão social” e Serviço Social não é novo, ainda que sempre aberto a polémicas e adensamentos. Portanto, nossa principal intenção é problematizar como o conceito de “exclusão social”, associado à “questão social”, traz desafios à profissão como área de conhecimento e de intervenção. Como nos adverte Mota (2010, p. 51):

A tensão entre intervenções políticas mediatas e horizonte ético-político se reflete na cultura profissional e aponta para a necessidade de fortalecermos o núcleo teórico, estratégico e político da nossa profissão. Por isso mesmo,

2 Intendo problematizar como se expressam as diferentes formas de incorporação do debate da cidadania na produção teórica do Serviço Social – pois existe uma vinculação a determinados projetos sociopolíticos –, Santos (2018) realizou um levantamento no qual identificou, em dois significativos periódicos (Serviço Social & Sociedade e Katálysis), além de em outras produções da área, análises que advogam a respeito da ampliação das formas de “exclusão social” como expressões da “questão social” no contexto atual. A despeito de recolher importantes elementos característicos da fase atual do desenvolvimento capitalista, sinaliza o autor que tais premissas de análise acabam por elidir as determinações fundamentais que caracterizam o próprio fenômeno da “questão social”, acarretando desafios teórico-políticos à profissão.

uma relação até agora pouco discutida – aquela entre questão social e projeto ético-político, hegemônico no Serviço Social brasileiro – deve demandar atenção nos debates profissionais.

A fim de levantarmos pistas que sustentem um caminho de adensamento dessas preocupações sinalizadas pela autora, sustentamos nossas reflexões na crítica dialética de inspiração marxiana, dadas as contribuições possíveis de não só apreendermos os fundamentos da realidade social, mas da própria lógica imanente ao desenvolvimento capitalista, bem como suas particularidades na quadra contemporânea. Assim, a partir de revisão bibliográfica, procuramos problematizar algumas das principais implicações que resultam da apreensão do conceito de “exclusão social” no âmbito do Serviço Social em seus níveis da formação e do exercício profissionais, bem como alguns de seus desafios. Nessa medida, esperamos contribuir com análises que nos permitam adensar o conjunto de preocupações quanto ao fenômeno da “questão social” na atualidade e suas implicações à profissão.

“Questão social”: a base ontologicamente fundante do Serviço Social

Para o Serviço Social, o debate da “questão social” assume uma dimensão incontornável, de modo não só a apreender as características que conferem particularidades ao referido fenômeno, mas também no sentido de tornar inteligível o próprio significado sócio-histórico da profissão, ou seja, apreender a sua natureza. De algum modo, trata-se de um processo que implica confrontar tais debates com os fundamentos histórico-sociais da relação entre a profissão e a natureza mesma da “questão social”, diluída em uma apreensão tão polimórfica, ou, em outros casos, tão genérica que se torna difícil separar o que constitui o seu núcleo medular do conjunto de suas manifestações epidérmicas.

Já desde a década de 1980, sustenta-se que a “questão social” – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos de sua expansão monopolista, assentada nas respostas mobilizadas pelo Estado – encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; NETTO, 1992; ABEPSS, 1997; SANTOS, 2012). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do

exercício profissional, cujas múltiplas expressões seriam alvo de sua intervenção. Conforme observa Mota (2010, p. 33), “a questão social é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional e esta última deve ter em vista formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social”.

Grande parte da discussão teórico-conceitual que sucedeu à aprovação das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social de 1996 vem na direção de qualificar essa apreensão não só do significado social da “questão social” e de suas implicações no conjunto de respostas profissionais a ela vinculado, mas também de desvelar os sentidos de suas transformações no interior mesmo das mudanças capitalistas recentes. Diante do processo de revisão curricular, abriu-se um amplo debate acerca da caracterização da “questão social” como eixo fundante da profissão. A partir desses resultados e da interpretação teórico-metodológica marxiana, compreendemo-la no sistema de causalidades que envolve a chamada “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, 2013), cujas determinações se apresentam como uma

[...] lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho empregam o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada for a força produtiva do trabalho, tanto maior é a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, é sua condição de existência, venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital. O crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que a população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 699).

Tomamos, assim, a partir das lições marxianas e das análises subscritas por seus/as interlocutores/as, que “[...] a questão social, enquanto constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida

como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10). É certo, pois, que no cenário contemporâneo deparamo-nos com fenômenos tão complexos que nos desafiam ao esforço teórico-analítico de sua interpretação. Para esse intento, entendemos que ainda são absolutamente válidas as contribuições advindas da perspectiva marxiana, bem como do acúmulo que vem se avolumando no âmbito da tradição marxista. Isso quer dizer que acompanhamos “um processo de metamorfoses da questão social” (IAMAMOTO, 2009, p. 178).

Alcançar esse processo e seu significado nos exige a apreensão de suas particularidades no capitalismo atual, posto que, se a base fundante sobre a qual gesta-se aquele fenômeno é a mesma, suas múltiplas manifestações assumem especificidades nos distintos processos do próprio desenvolvimento capitalista, inclusive diante das particulares formações nacionais. Apesar dessa preocupação, estamos convencidos de que não se trata, pois, da existência de uma “nova ‘questão social’”, tal qual se depreende de análises de autores como Robert Castel e Pierre Rosanvallon (cf. PASTORINI, 2010), mas daquele velho fenômeno que assume contornos particulares, sobretudo nos marcos de uma das mais profundas crises capitalistas, desafiando-nos, portanto, à interpretação do conjunto desses novos fenômenos, com respostas que têm sido mobilizadas para o seu enfrentamento, bem como das armadilhas que subjazem a esse processo, em que o “novo” parece elidir as determinações substanciais que contornam o “velho”.

Em meio a uma pretensa “disputa de narrativas”, verificamos um contexto no qual as “receitas requeitadas” para um “novo” fenômeno passam a ser operadas como alternativas à reorganização da hegemonia burguesa e que tem, nos sentidos da crise capitalista, a sua base material de elaboração. Curiosamente, mas não acidentalmente, é esse cenário que abre, pelo mesmo processo, a possibilidade de apreensão da ativação dos limites absolutos da sociabilidade regida pela lógica de valorização do valor, ao tempo em que se constitui como um solo fértil onde germinam alternativas conservadoras sustentadas em um frágil ardil, que não encontra correspondência para além da pseudoconcretude dos fatos e de seus sustentáculos ideopolíticos. Cremos, nessa direção, que é na apreensão das bases materiais desse fenômeno, em seu estágio contemporâneo, que isso nos pode permitir desvelar algumas das propostas que, negando um efetivo enfrentamento da “questão social”, só

podem operar como uma sofismada resposta teórico-metodológica de sua (má) administração nos marcos do capitalismo em crise.

A crise do capital e suas respostas econômicas e ideopolíticas no cenário contemporâneo

Parece-nos consolidado na historiografia marxista que, no fim dos anos de 1960 e na entrada dos anos de 1970, ocorreu o desmoronamento das bases de sustentação do padrão keynesiano de intervenção e a desestruturação de diversas modalidades de constituição de “Estado de Bem-Estar Social”, sobretudo no âmbito de países de economia central, com suas experiências mais maduras. Após a emergência de expressivas conquistas da classe trabalhadora, seguiu-se uma forte redução das taxas de lucro, advinda a partir de uma nova crise do capital, à qual se respondeu não só com a reorganização macroeconômica dos processos de acumulação, expressa na adoção de métodos mais “flexíveis” de gestão dos processos produtivos, como também com uma profunda ofensiva ideopolítica contra os segmentos representativos do trabalho, a partir da adoção de medidas de ajustes estruturais neoliberais.

Os anos posteriores a essa nova quadra histórica do capitalismo demonstraram, de forma cada vez mais substantiva, os limites do seu próprio processo e a fragilidade de qualquer perspectiva que buscasse congrega um suposto desenvolvimento mais humanizável, bem como social e eticamente responsável de uma sociedade regida pela forma-capital. Vivenciamos, de lá até os dias atuais, uma crise que expõe a nu os limites absolutos da forma mercantil fundada nesse sistema sociometabólico, num contexto de explicitação de sua crise. Para Mészáros (2009), trata-se de uma “crise estrutural”, que inunda todos os poros da sociabilidade.

Como tentativa de resposta à crise, em um processo de reorganização capitalista, nos marcos da ascensão do projeto neoliberal, verificamos o reordenamento ao trato da “questão social”, a partir de uma proposta neoconservadora, sobretudo na relação Estado-sociedade. Nessa esteira, identificamos a acusação da inépcia do Estado em gerenciar as políticas sociais, em que se advoga sua refuncionalização, sob a lógica do “gerencialismo contábil”. Daí, torna-se marcante uma “repolitização conservadora” ao trato da “questão social” no reclame à participação do chamado “terceiro setor” (cf. MONTAÑO, 2002),

apoiando-se na ação de instituições filantrópicas, do voluntariado e das chamadas organizações não governamentais, com enxugamento do papel direto da intervenção estatal.

De outro lado, requisita-se da ação estatal o papel de provedor dos espaços ociosos do mercado, por meio da constante mercantilização do atendimento às necessidades sociais, enquanto zonas privilegiadas de controle do grande capital. Em paralelo, identificamos a assistencialização de um conjunto de políticas sociais, reduzidas a ações focalizadas, restritas e de caráter minimalista, ao passo em que assistimos à centralidade de esforços em estratégias de “combate à pobreza”, sobretudo por meio da Política de Assistência Social, cujo protagonismo, assumido nos últimos anos, no enfrentamento do aumento das desigualdades sociais, consubstancia-se em certo “fetichismo social” (MOTA, 2010). Na nossa análise, tais medidas nem de longe poderiam dar conta de enfrentar o fenômeno contemporâneo de exacerbação das formas de pauperização de parcelas significativas da classe trabalhadora.

Na verdade, tais respostas veem-se estéreis frente à ampliação do desemprego crônico ou à persistência de formas cada vez mais precárias de inserção dos(as) trabalhadores(as).³ Verificamos, assim, a ampliação da pobreza não só na sua face relativa, mas, sobretudo, nas suas formas absolutas, a despeito de toda a “preocupação” de um conjunto de organismos oficiais mobilizados em estratégias de mitigação desse processo, como é o caso da chamada Agenda 2030⁴ da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos, nada modestos, referem-se, entre outros, à “erradicação da pobreza” (ONU, 2019). Para tal fim, investe-se no “desenvolvimento sustentável” e na “promoção da inclusão social”, influenciando em agendas internacionais e locais traduzidas em ações estratégicas que incidem sobre o planejamento, a organização orçamentária, a execução e a avaliação de diversas políticas sociais.

A partir da problematização dos fenômenos aos quais aludimos, não é raro que o conjunto de formulações teórico-conceituais para as quais se busca mobilizar toda uma rede interventiva recaia sobre

3 Não se trata, pois, de negar o significado e a importância da Política de Assistência Social, enquanto também uma conquista da classe trabalhadora, mas de trazer ao debate seus limites, em face das fragilidades das políticas de trabalho e geração de renda, que se renderam ao fetichismo do “empreendedorismo”. Trata-se, a nosso juízo, de trazer a lume essa tensão, conforme bem observou Boschetti (2016).

4 Segundo informações acessadas no sítio eletrônico da entidade, a Agenda 2030 “é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONU, 2019).

designações teórico-políticas genéricas, que poderiam contribuir para a elaboração de respostas mais efetivas, a exemplo da noção de “exclusão social”. Como um “passe de mágica”, a ressignificação dos sentidos da crise parece conferir maior robustez às respostas possíveis aos seus “sintomas”, apreendidos como disfunções (quase que como efeitos colaterais) surgidas no caminho do inevitável desenvolvimento capitalista. No referido cenário, trazemos à baila as seguintes indagações: é o conceito de “exclusão social” heurísticamente explicativo dos fenômenos do capitalismo contemporâneo? Quais são as implicações da incorporação do citado conceito para as possibilidades de elaboração de respostas profissionais qualificadas no âmbito do Serviço Social?

A “armadilha” teórico-conceitual do conceito de “exclusão social” e o ocultamento dos fundamentos da “questão social”

Como já adiantamos na introdução no presente artigo, é na própria base material na qual se assenta o Serviço Social que podemos localizar as determinações estruturais da chamada “questão social”. Nos marcos da crise capitalista, que apresentam novas manifestações daquele velho fenômeno, do seu nível de apreensão teórico-conceitual, desdobra-se a questão em desafios interventivos, inseridos no conjunto de tensões entre as demandas e requisições socioinstitucionais e as respostas profissionais que se operam nesse campo. Vale destacar que o processo que articula esse conjunto de demandas, bem como as respostas possíveis, atende às transformações da própria dinâmica social na qual se realiza a atividade profissional. No conjunto dessas respostas, assentam-se aquelas propostas formuladas no âmbito da intelectualidade burguesa, “preocupada” com a exponenciação das expressões da “questão social”, cujo limite assenta-se em malfadadas estratégias teórico-políticas de sua administração, dada a incapacidade político-analítica de buscar alternativas para a sua superação. Decorre daí o limite de se reduzir a apreensão do núcleo estruturante da “questão social” ao mero gerencialismo dos efeitos mais agudos desse fenômeno.

Sustentamos que é na análise marxiana que podemos localizar os fundamentos que engendram a “questão social”, de onde derivam determinadas formas de seu enfrentamento; dentre elas, a política social. Trata-se, portanto, de se apreender o *modus operandi* próprio

do desenvolvimento mercantil-capitalista, cujas manifestações das expressões da “questão social” são partes integrantes. Se a hipótese que levantamos no início deste texto estiver correta, parece-nos que é na chave heurística de cariz marxiano/marxista que poderemos encontrar pistas de modo a problematizarmos tais desafios postos à categoria profissional. Destacamos aqui dois fenômenos típicos do capitalismo de ontem e de hoje: o desemprego e o pauperismo, que assumem, entretanto, contornos particulares nesta etapa histórica de uma das mais profundas crises e que impactam diretamente o conjunto de mediações mobilizadas pelo Serviço Social. Na atualidade, o acirramento das contradições em que se assentam tais fenômenos, como veremos a seguir, guarda um solo fértil e oportuno a conceitos explicativos, como o de “exclusão social”, que balizariam, por sua vez, as alternativas, inclusive profissionais, ao referido cenário.

No debate acerca das atuais expressões da “questão social”, identificamos no desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2009) um de seus fenômenos mais patentes. O que, na nossa avaliação, cabe considerar é que não se trata de um fenômeno de “exclusão”, como aparece em recorrentes debates, mas da própria contradição imanente a uma forma de organização social que, ao tempo em que passa a demandar o aumento da incorporação da força de trabalho, opera, no sentido inverso, repelindo contingentes inteiros de trabalhadores(as), na constituição de seu “exército industrial de reserva” (MARX, 2013), compondo-se como enorme força de trabalho excedente, dado que a dinâmica que conforma a produção capitalista opera uma dupla relação, de demanda e repulsa por força de trabalho. No Brasil, segundo levantamento do Portal G1 (2019), baseando-se nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração o ano de 2018, tivemos uma taxa média de desocupação em torno de 12,3%, que, apesar do recuo em relação ao ano anterior (0,4%), teve como consequência o aumento do trabalho sem carteira assinada e por conta própria. Ou seja, ao lado do caráter crônico do desemprego, coexistem formas cada vez mais precárias de submissão da força de trabalho ao sistema geral de rotação do valor. Tendência que, guardadas as devidas variações, permanece como uma das marcas estruturais do capitalismo contemporâneo em meio à crise.

É preciso sinalizar que a dinâmica que articula aqueles(as) que se encontram submetidos(as) diretamente à exploração da força de trabalho

e aquela parcela submetida ao exército industrial de reserva não pode ser apreendida como dois momentos separados ou confrontados, mas implica apreendê-los como uma unidade indissolúvel do processo de desenvolvimento da forma mercantil-capitalista. Tal argumentação tenciona uma tendência de análise que, escamoteando a dimensão estrutural do desemprego no capitalismo, tende a deslizar os fundamentos dessa angulação da exploração capitalista para o par “incluído/excluído”, como já observamos. Paugmam (1996, *apud* DEMO, 2002), por exemplo, um dos autores que têm assumido lugar de destaque no debate, aponta que

o sucesso da noção de exclusão é que ela põe acento, ao menos implicitamente, sobre uma crise do liame social. Com respeito à temática das desigualdades, a noção de exclusão a ultrapassa, dando-lhe um sentido fundado não principalmente sobre a oposição de interesses entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas antes sobre a fraqueza, ou seja, a ausência de reivindicações organizadas e de movimentos suscetíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavoráveis (PAUGMAM, 1996, p. 15, *apud* DEMO, 2002, p. 18).

Como podemos perceber, ao se distanciar do conjunto estrutural das desigualdades sociais e ao caracterizar, de um modo particular, o fenômeno denominado de *exclusão*, Paugmam (*apud* DEMO, 2002) busca estabelecer uma inovação a uma expressão que, ao fim e ao cabo, é parte integrante da lógica do próprio desenvolvimento capitalista. Não se trata, pois, nem de uma externalidade e tampouco de uma condição nova ou incidental por conta de sua agudização em tempos de crise. Na análise do autor, carece-se de uma perspectiva de classe, o que permite subdimensionar a oposição entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, que são elementos da dinâmica própria da luta de classes, em face de conflitos irreconciliáveis. Por meio desse “malabarismo teórico-metodológico”, é possível ao autor delegar o fenômeno da “exclusão” a uma condição de fraqueza, contra a qual torna-se necessário reforçar elementos de “empoderamento” e “coesão identitária das populações desfavoráveis”. Nessa perspectiva, a solução passaria, portanto, por um processo inclusivo dos(as) “menos favorecidos(as)” – como se a apropriação da riqueza socialmente produzida fosse uma “gestão do favor” – em suas lutas identitárias, mas não de classe. Esvaziam-se a substância econômico-social e a política estruturante da

própria “questão social”, tratada, neste viés analítico, a partir de uma apreensão teórico-política de caráter conservador.

Vale reiterar que não se trata de considerar a chamada “exclusão social” como um fenômeno novo e, tampouco, como uma das resultantes de uma “nova questão social”, como advogam autores como Castel (1998) e Rosavallon (1998). O primeiro, ao discutir a existência de uma nova questão social, assinala que a exclusão social seria um dos seus efeitos (CASTEL, 1998), ao considerar o reaparecimento de “trabalhadores sem trabalho”, dos “supranumerários” e dos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998, p. 496). Para Rosavallon (1998, p. 154), a exclusão associa-se às noções de “precariedade e de vulnerabilidade”, segundo as quais os excluídos formariam uma “não classe”, ou seja, “a sombra das disfunções da sociedade”. O que está em questão nesta interpretação é a capacidade de apreensão do aprofundamento da “velha questão social” em sua nova etapa nos marcos do desenvolvimento capitalista, que radicaliza as suas contradições viscerais.

Neste diapasão, entendemos que, ao assumirmos o conceito de “exclusão social” como forma apartada e isolada das contradições socioeconômicas imanentes ao capitalismo, verificamos a fetichização daquele fenômeno, em que as alternativas passariam pela ênfase em medidas de “inclusão”. Buscando enfrentar o fenômeno do desemprego crônico, verificamos uma constante demanda pela realização de capacitação para a chamada “inclusão produtiva”, sinalizada, por exemplo: (I) na educação para o empreendedorismo; (II) na ênfase da chamada economia solidária; (III) nas modalidades de cooperativas; (IV) nas saídas pela via do trabalho informal; (V) enfim, em uma série de medidas que, muitas vezes, se traduzem em ativação para o trabalho precário ou na “ilusão” de possibilidade da “garantia do emprego” como alternativas ao desemprego persistente no capitalismo.

De outro modo, diante das dificuldades de resolução da problemática em questão, dados os flagrantes índices de desemprego e subemprego, atribui-se a raiz da questão ao fracasso da “cidadania social”. Passa a operar, portanto, um debate cujos fundamentos elidem a dimensão central do fenômeno, quais sejam: os desdobramentos socioeconômicos e políticos do processo de exploração capitalista, deslocando suas determinações para um aparente fracasso de suas expressões jurídicas e da intermediação do Estado, deficitário, nessa leitura, em sustentar uma efetiva ampliação da cidadania que garanta medidas ativas de “inclusão”. As soluções passariam por considerar melhores formas de

gestão da relação entre a demanda social e a força de trabalho ociosa, objetivando “incluir” tais “indivíduos desempregados”, conferindo-lhes o *status* de “cidadãos”, no sentido de equalizar uma manifestação crônica do sistema de causalidades da “questão social”, balizada a partir de uma “teoria da exclusão”, que, a rigor, trata-se de

[...] um conceito que mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido e, por isso, deixa de apreender as condições concretas que fazem, do desemprego crescente e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica contemporânea (MARANHÃO, 2010, p. 96).

Como conceito, parece-nos que a noção de “exclusão” assume uma frágil potencialidade explicativa das determinações contemporâneas do capitalismo, escamoteando seus fundamentos estruturais e estruturantes. Portanto, ao vermos fracassadas as alternativas de reativação de um “pacto social” fundado em uma nova “sociedade salarial”, assistimos a processos não só do aumento das desigualdades sociais, mas também da ampliação das formas de pauperização em nível absoluto e relativo, o que imprime outro conjunto de desafios para pensarmos sobre as “armadilhas” que interpelam as respostas socioprofissionais na contemporaneidade.

Ao se constituir em contradição imanente, é na acumulação irre-freável de capital de uma parte que se produz o crescimento acelerado do pauperismo – sedimento mais baixo da “superpopulação relativa” (MARX, 2013)⁵ – de outra parcela significativa da população, no âmbito dos mais amplos segmentos da classe trabalhadora. Em nível mundial, nem mesmo o conjunto estatístico da econometria burguesa é capaz de camuflar a tragédia capitalista. A Oxfam (2019), entidade “sem fins lucrativos”, em seu relatório: “Bem público ou riqueza privada”, divulgado em janeiro de 2019, atestou que a fortuna dos bilionários do mundo aumentou 12% em 2018 (cerca de US\$ 900 bilhões) ou US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto que a metade mais pobre do planeta (3,8 bilhões de pessoas) viu sua riqueza reduzida em 11% no mesmo período. Uma mirada na realidade brasileira também não é capaz de nos empolgar. A mesma entidade, em seu relatório: “Um país estagnado”, divulgado no final de 2018, afirma que,

5 No referido espaço, segundo Marx (2013, p. 719), abstraindo-se de “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado”, estariam presentes três estratos: “os aptos ao trabalho”, “os órfãos e os filhos de indigentes” e, por fim, “os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”.

em 2017, o Brasil tinha 15 milhões de pessoas pobres – que são as que sobrevivem com uma renda de US\$ 1,90 por dia (pouco mais de R\$ 7,00, segundo critério do Banco Mundial) – ou 7,2% da população. Houve um crescimento de 11% em relação a 2016 (13,3 milhões de pobres, 6,5% da população). Esse é o terceiro ano consecutivo em que o número de pobres aumenta no Brasil, tendência iniciada em 2015 (OXFAM, 2018).

A despeito dos taxativos dados, não raras vezes encontramos análises que, desconhecendo ou subdimensionando na pobreza elementos que lhe são congêntos, acabam por realizar uma leitura que hipoteca tais elementos a uma “falta de amparo público” e “inoperância dos direitos básicos de cidadania”, ou seja, restringe a análise às manifestações superficiais – jurídico-políticas – que incidem sobre as expressões da “questão social”. Desse modo, a contraface passa a operar em ações que objetivem a reversão dessas “falhas” nos marcos da própria sociedade capitalista, de modo que não reconhecem – ou não podem reconhecer – que o cerne reside na lógica mesma de funcionamento da reprodução sociometabólica do capital insolúvel nos marcos dessa sociabilidade.

Como já discutimos, a armadilha conceitual que envolve o discurso da “exclusão social” tem, via de regra, na sua aparente antípoda, a “inclusão social”, um chamamento importante, cuja problemática residiria no déficit de inclusão e não na existência mesma dessa forma social, na qual se engendram tais desigualdades, conformadas na persistência dos(as) “excluídos(as)”, dos(as) “pobres”, dos(as) “marginalizados(as)”, dos(as) “fragilizados(as)” e dos(as) “segregados(as)”. As formas variadas de reafirmação dessas desigualdades, sintetizadas no pauperismo persistente da classe trabalhadora na abertura do século XXI, vêm sendo balizadas por “novos métodos de enfrentamento”. Na avaliação de Mota (2010), um deles consiste na existência de políticas compensatórias; dentre elas, os programas de renda mínima, “como uma estratégia que, ao transformar os desempregados e subempregados em clientela da assistência social, banem o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores, substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência” (SILVA & SILVA, 1997, *apud* MOTA, 2010, p. 41).

Nesse contexto, assume a Assistência Social uma determinada centralidade, conforme indicam competentes analistas, a exemplo de Mota (2010) e Boschetti (2016), que, para além da relevância na estratégia

de redução dos índices de pobreza, acaba por encobrir o significado social de outras políticas estruturantes, como a do trabalho. Na análise de Siqueira (2011), no que tange ao debate sobre a pobreza e as suas diferentes concepções, estariam elas relacionadas a outros binômios, para além do par “inclusão-exclusão”, incorporando nomenclaturas tais como “normalidade-anomia”, “ajustamento-desajuste”, “funcional-disfuncional” e “integração-desintegração”. As causas últimas revelariam pontos disfuncionais do sistema, solucionáveis por dentro, mediante mecanismos de aperfeiçoamento. Percebemos que, sorrateiramente, a partir de um “canto envolvente”, o significado das relações de exploração capitalista, nas quais é forjada a “questão social”, desliza-se para a ênfase em alternativas no interior mesmo da dinâmica capitalista, como se elas fossem passíveis de solução no âmbito de suas expressões.

O reconhecimento, *vis-à-vis* aos limites dessas análises, deve nos levar a problematizar o próprio limite da forma mercantil-capitalista quanto à sua capacidade efetiva de enfrentar as contradições que engendra. Na nossa óptica, suas “soluções” acabam por se reduzir ao restrito momento que Marx (2010) denominou de “emancipação política”. Cabe-nos, nesta medida, a articulação a um projeto estratégico afinado com o horizonte da “emancipação humana”. Com isso, não estamos negando a necessidade premente do estabelecimento de ações e políticas voltadas para mitigar o que aqui consideramos como expressões da “questão social”, mas com a precisa certeza de que tais medidas não têm a capacidade, *per se*, de extinguir a desigualdade social existente no capitalismo.

Considerando as referências teórico-metodológicas que assentam a formação e a atividade profissional, nossa preocupação consiste em problematizar em que medida o conceito de “exclusão”, ao gozar de certa notoriedade no léxico profissional, tem a capacidade efetiva de dar conta de um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social” ou mesmo nos permita a “apreensão da totalidade social”, conforme orientam princípios formativos para o(a) assistente social (ABEPSS, 1997). Sabemos, pois, que no debate atual da “questão social”, mais do que um rearranjo teórico-conceitual, o que está em jogo refere-se às novas modalidades de seu trato como expressão de um projeto neoconservador, em face das evidências de erosão da hegemonia burguesa, diante de uma de suas mais profundas crises, plasmando-se em um novo receituário, pautado em metodologias pragmáticas, que podem influir, em alguma medida, no conjunto de abordagens mobilizadas pelos(as) assistentes sociais.

Diante dos citados desafios, cumpre-nos enfrentar o debate na afirmação de um projeto profissional crítico que, se distando do predomínio do formalismo abstrato que informa tais abordagens, se sustente em uma perspectiva crítico-dialética que, longe de enganar-se como as manifestações superficiais, busca distinguir a aparência da essência. Torna-se necessário, neste sentido, um constante retorno aos fundamentos, cuja apreensão histórico-ontológica em torno desse conjunto de fenômenos nos requisita um trato rigoroso não só do que revela, enquanto expressão das tendências atuais do capitalismo, mas do que vela no âmbito dos projetos teórico-políticos em disputa.

Considerações finais

O cenário atual – em que se agudizam as consequências advindas do processo atual de acumulação capitalista nos marcos de uma das suas mais profundas crises – tem comportado, consigo, a mobilização de um conjunto de respostas orquestradas no âmbito do projeto conservador burguês. Interditado de manter as bases de sustentação que foram importantes nos chamados “anos gloriosos” do capitalismo (que vão do período de 1940 a 1970), em que verificamos a conformação de uma série de provimentos sociais incorporando demandas históricas da classe trabalhadora, o atual estágio de acumulação parece ver-se constrangido a ações de mitigação das expressões mais agudas da “questão social”.

Ante o referido contexto, além da ênfase nos procedimentos da econometria burguesa, buscando avaliar determinados níveis de pobreza e de desemprego, assistimos à hipervalorização, em designações genéricas, de conceitos tais como “vulnerabilidade”, “risco” e “exclusão social”, que balizariam novas modalidades de intervenção, traduzidas em um “fetiche” do rearranjo semântico e instrumental, como se a adesão a esses novos conceitos, por si, pudesse dar conta de desnudar os elementos estruturantes que conformam tais fenômenos.

Inaugura-se, assim, um “cardápio” de conceitos e abordagens teórico-metodológicas que interpelam respostas profissionais no âmbito da elaboração, da execução e da avaliação das políticas sociais. No âmbito do Serviço Social, nossa preocupação reside em decifrar em que medida tais conceitos podem se constituir, ou não, como elementos explicativos do real, de modo que deem conta de possibilitar uma intervenção profissional qualificada, a partir da afirmação de um

projeto profissional de natureza crítica. Irremediavelmente, as tensões que se operam no âmbito do Serviço Social, em seus níveis de formação e exercício profissionais, traduzem duas tendências gerais no enfrentamento da “questão social”, conforme salienta Mota (2010). A primeira reduz-se ao nível de administração no interior da ordem burguesa. Já a segunda – antípoda à primeira – circunscreve-se na possibilidade de superação dos marcos sociais que a reproduzem.

As preocupações levantadas pela autora nos parecem absolutamente pertinentes, dado o conjunto de requisições postas à profissão na atualidade. Alude ainda Mota (2010, p. 48), que, mesmo com os limites profissionais, “é possível imprimir uma direção social estratégica à prática profissional”. Cremos que tais preocupações, para além da desmitificação de conceitos como os de “exclusão social”, desafiam a categoria profissional na apreensão de um dado inquestionável: na relação entre “questão social” e capitalismo, não se é possível enfrentar a primeira sem pôr em xeque o segundo, considerando-se os limites da “lei geral da acumulação capitalista”.

Decorre daquelas preocupações a necessidade de que, mais do que uma reelaboração conceitual, o que se traz ao debate é a disputa entre os diferentes projetos de classe, que se interpõem traduzidos em seus embates econômicos, políticos e teóricos. É a possibilidade de elaboração de um efetivo projeto anticapitalista, que não pode ser atribuído a uma determinada profissão, mas que, por outro lado, dela não pode ser apartado, como se as abordagens teórico-interventivas, das quais se valem os sujeitos que lhes dão concretude, assumissem uma formulação asséptica. Ao contrário, ao se inserir no coração da luta por direitos, mobilizando estratégias de “enfrentamento” da “questão social”, a profissão passa a ser inundada pelos diferentes projetos e concepções de mundo, desdobrados da própria luta das classes sociais, o que deve imbuí-la da necessidade de adensamento do conjunto qualificado de suas respostas teórico-interventivas.

Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Caderno ABESS**, nº 7, São Paulo, Cortez Editora, nov. 1997.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

GRUPO GLOBO. G1 (portal de *internet*). Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-diz-ibge.ghml>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

MARANHÃO, C. H. “Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social”. In: MOTTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos anais franco-alemães. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social. In: **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ONU. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM, 2018.

OXFAM. **Bem público ou riqueza privada?** São Paulo: OXFAM, 2019.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado-providência. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SIQUEIRA, L. de S. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, J. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 3ª reimpressão, 2012.

SANTOS, P. R. F. dos. **Dos limites da cidadania crítica à crítica dos limites da cidadania**: perspectivas teóricas e projetos políticos em disputa no Serviço Social brasileiro. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.